

Relato de experiência no Novo Ensino Médio: *precarização do trabalho docente e perda da identidade profissional*

Experience report on the New High School:
precariousness of teaching work and loss of professional identity

Relato de experiencia en la Nueva Escuela Secundaria:
precarización del trabajo docente y pérdida de la identidad profesional

 **DILMA CARMINA DA SILVA SOUZA***

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, Brasil.

RESUMO: O formato do Novo Ensino Médio – NEM, além de trazer prejuízos na formação de educandos/as, evidencia a precarização do trabalho docente e reforça a perda da identidade profissional de professores/as que atuam nesse novo modelo curricular. O objetivo do relatório aqui apresentado é refletir sobre esses impactos do NEM na identidade de professores/as de Educação Física, a partir de minha vivência profissional na rede estadual do Rio de Janeiro, atuante em duas turmas do itinerário formativo em 2023. Metodologicamente, o relato de experiência profissional pode contribuir em discussões relativas à docência. Foi possível identificar como a influência das políticas neoliberais no ensino consolidam uma desprofissionalização; mas mesmo sofrendo um processo de perda de autonomia, desvalorização profissional e trabalho precarizado, os/as professores/as se mostram resistentes ao sistema vigente, apesar de todas as dificuldades que enfrentam.

Palavras-chave: Trabalho docente. Professor/a. Educação física. Precarização. NEM.

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora de Educação Física da Secretaria de Educação de Seropédica e da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. *E-mail:* <prof.dilmacarmina@gmail.com>.

ABSTRACT: The New High School – NEM – format, besides bringing harm to students' education, highlights the precariousness of teaching work and reinforces the loss of professional identity of teachers who work in this new curricular model. The aim of the report presented here is to reflect on NEM's impacts on the identity of physical education teachers, based on my professional experience in the state network of Rio de Janeiro, working in two classes of the training itinerary in 2023. Methodologically, this professional experience report contributes to discussions related to teaching. It was possible to identify how the influence of neoliberal policies in education consolidates deprofessionalization. However, despite suffering a process of loss of autonomy, professional devaluation and precarious work, teachers show themselves to be resistant to the current system, regardless of the difficulties they face.

Keywords: Teaching work. Teacher. Physical Education. Precariousness. NEM.

RESUMEN: El formato de la Nueva Escuela Secundaria – NEM, además de causar pérdidas en la formación de los estudiantes, resalta la precarización del trabajo docente y refuerza la pérdida de identidad profesional de los docentes que actúan en este nuevo modelo curricular. El objetivo del informe que aquí se presenta es reflexionar sobre estos impactos de la Nueva Escuela Secundaria – NEM en la identidad de los docentes de Educación Física, a partir de mi experiencia profesional en la red estatal de Río de Janeiro, trabajando en dos clases del itinerario formativo en 2023. Metodológicamente, relatar la experiencia profesional puede contribuir a las discusiones relacionadas con la docencia. Se pudo identificar cómo la influencia de las políticas neoliberales en la enseñanza consolida la desprofesionalización. Sin embargo, a pesar de todas las dificultades que enfrentan y aunque sufren un proceso de pérdida de autonomía, devaluación profesional y trabajo precario, los/as docentes se resisten al sistema actual.

Palabras clave: Trabajo docente. Profesor/a. Educación física. Precarización. Nueva Escuela Secundaria.

Introdução

Este trabalho foi desenvolvido como parte da avaliação final da disciplina *Reconfigurações do trabalho docente no século XXI*, ministrada pela professora doutora Amanda Moreira da Silva no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. No decorrer das aulas discutimos sobre as condições de trabalho dos/das professores/as no cenário atual, o que possibilitou refletir sobre o contexto profissional no qual leciono. Sou aluna de mestrado na UFRRJ, professora de Educação Física da rede estadual do Rio de Janeiro, desde 2010, e da prefeitura municipal de Seropédica, desde 2014.

Para escrever o relato de experiência considerei a importância de compreender o trabalho docente na contemporaneidade, cada vez mais precarizado pela influência das políticas neoliberais. Sendo assim, trata-se de um processo reflexivo sobre as experiências vividas durante minha prática profissional em turmas do itinerário formativo do Novo Ensino Médio – NEM, no ano de 2023. Observo que a reflexão sobre a prática docente possibilita repensar o contexto educacional, permitindo criar estratégias para lidar com os desafios, enquanto o pensar crítico envolve cautela ao analisar questões-problema que surgem no contexto escolar. Quando associados, possibilitam criar estratégias para resolver esses problemas, o que favorece o desenvolvimento profissional e contribui para a ressignificação da prática docente. Porém, para realizar a reflexão sobre a prática, por intermédio do pensar crítico, é preciso conhecer o contexto.

No caso deste relato, conhecer o NEM é de suma importância, pois se caracteriza por uma estrutura pensada para atender à formação geral básica, que oferta os componentes curriculares pautados na Base Nacional Curricular Comum – BNCC. É composto pelos *itinerários formativos*, que “são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio” (BRASIL, 2018). Esses itinerários formativos contêm um núcleo integrador formado por *disciplinas eletivas, projeto de vida*, além da *trilha de aprofundamento*. Nesse contexto, professores/as são solicitados/as a ministrar aulas que não são específicas de sua formação, levando à perda da identidade de suas disciplinas.

De acordo com os dados divulgados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro – SEPE, esse novo modelo curricular amplia a carga-horária do Ensino Médio, de duas mil e quatrocentas horas para três mil horas, com pelo menos 40% das aulas voltadas para os itinerários formativos. Ou seja, o/a aluno/a passa mais tempo na escola, com redução da carga horária de disciplinas tradicionais, para estudar as disciplinas dos itinerários.

Após a implementação do NEM, professores/as de Educação Física, assim como outros/as docentes, passaram a lecionar diferentes ‘disciplinas’, o que afeta diretamente seu trabalho e sua identidade profissional. Segundo o professor Marcelo Guimarães, em

depoimento ao jornal *O Dia* (CUNHA, 2024), os prejuízos para os/as professores/as se dão porque são obrigados/as a lecionar temas para os quais não foram preparados/as e sobre os quais não possuem lastro científico ou acadêmico. Acrescenta que possuem a carga horária fragmentada, várias turmas e que precisam se dividir em várias escolas (CUNHA, 2024). Esse relato não se restringe a uma única realidade, mas é percebido em diferentes contextos escolares, impactando a vida de professores/as e alunos/as.

Considerando todo o exposto, este relato de experiência tem como objetivo refletir sobre os impactos do NEM na identidade dos/das professores/as de Educação Física, a partir de minha experiência pessoal, além de discutir como o NEM pode contribuir para a precarização do trabalho desses/as professores/as da rede estadual do Rio de Janeiro. Destaco que este relato pode contribuir para a tomada de consciência de outros/as professores/as, de estudantes e da sociedade em geral, por discutir sobre os impactos do NEM em suas vidas. Além disso, gostaria de observar que, durante 13 anos como docente da rede estadual do Rio de Janeiro, vivenciei realidades escolares distintas e participei de diferentes propostas curriculares, como o Ensino Médio Inovador, um modelo de ensino que tinha a premissa do ensino integral. Já o formato curricular proposto pela BNCC, que culminou na elaboração do NEM, implementado no estado do Rio de Janeiro no ano de 2022, trouxe uma nova proposta de currículo reconfigurando o trabalho docente e, conseqüentemente, impactando a identidade desses/as profissionais.

Com relação à organização, este texto aborda o NEM no primeiro tópico, fazendo algumas considerações sobre sua estrutura curricular e seus desafios. No tópico dois são apresentados os procedimentos metodológicos. O relato de experiência foi descrito no tópico três, que, como dito, aborda a narrativa de uma experiência profissional em turmas do itinerário formativo, que permitiu elaborar alguns questionamentos sobre a precarização do trabalho docente e a perda da identidade profissional resultantes dessa proposta curricular. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Novo Ensino Médio – NEM: algumas considerações

Esse novo modelo curricular teve sua implementação gradual iniciada em 2022 para o 1º ano do Ensino Médio; em 2023 para as turmas do 2º ano do Ensino Médio; e em 2024, terminando o processo de implementação, no 3º ano do Ensino Médio. No entanto, a organização curricular se diferencia nos três anos, no que diz respeito à carga horária das disciplinas: no primeiro ano são 800 horas para formação geral básica e 200 horas para itinerário formativo; no segundo ano são 600 horas para formação geral básica e 400 horas para itinerário formativo. No último ano, essa diferença aumenta consideravelmente em comparação com o 1º ano do Ensino Médio, pois são 400 horas para formação geral básica e 600 para itinerário formativo. Com relação às disciplinas Matemática, Português/

Literatura, Sociologia e Filosofia, essas perdem 160 horas, enquanto as demais disciplinas têm uma redução de 80 horas. Ou seja, enquanto diminui o tempo de disciplinas consolidadas, passam a fazer parte do currículo disciplinas como *Vamos jogar?* e *O que rola por aí?*, como explica o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE, 2024).

Como consequência dessas mudanças curriculares, muitos/as professores/as, para não perderem suas matrículas nas unidades escolares, passaram a ministrar aulas dos itinerários formativos. E aqui chegamos ao ponto discutido neste trabalho e apresentado no título: o Novo Ensino Médio, a precarização do trabalho docente e a perda da identidade profissional.

Para entender como esse novo formato de ensino interfere na construção da identidade de professores/as, faz-se necessário compreender como é a sua estrutura. O NEM é regulamentado pela Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional “ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1000 horas anuais [...] e definindo uma organização curricular mais flexível” (BRASIL, 2018), que oferece diferentes possibilidades de escolha a estudantes do Ensino Médio. As áreas de conhecimento são apresentadas da seguinte maneira: Matemáticas e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação técnica e profissional (BRASIL, 2018).

Entretanto, segundo a matéria de Romulo Cunha no jornal *O Dia*, as mudanças curriculares propostas por esse modelo influenciam o senso crítico e a formação acadêmica dos/das estudantes. De acordo com os especialistas entrevistados pelo jornal, o NEM contribui para conter a entrada de jovens no ensino superior por conta da falta de matérias que levem ao conhecimento histórico produzido pela sociedade, além de impactar a formação crítica desses/as estudantes. Além dos prejuízos na formação discente, também há impactos no trabalho docente. Por esse motivo, acredito que o ano de 2023 tenha sido marcado por muitos questionamentos sobre a qualidade do ensino do NEM.

A nova organização curricular traz a ideia de que o/a aluno/a poderia aprofundar seus conhecimentos em determinada área, nas redes de ensino autônomas, para definir os próprios itinerários formativos, considerando a comunidade escolar. No entanto, na prática, esse projeto inicial não se configura na escola, pois como aponta Arthur Almeida na revista *Galileu*, “as escolas não são obrigadas a disponibilizar todas as trilhas previstas pela secretaria de Educação de seu estado [...] e os alunos [poderiam enfrentar problemas] de não identificação com as propostas temáticas de sua região” (ALMEIDA, 2023). Para Almeida, algumas críticas ao NEM são oriundas da “ausência de debate sobre os interesses da sociedade, isso tanto em relação aos especialistas em educação quanto por parte dos alunos”; exclusão de disciplinas, pois “no lugar das tradicionais disciplinas (História, Artes, Química, Biologia etc.), o conteúdo é apresentado aos jovens em quatro áreas do conhecimento integradas”. Por fim, o jornalista aponta a realidade prática dos itinerários formativos, que, na prática,

ofertam “disciplinas como ‘Empreendedorismo’, ‘Culinária’, ‘Agronegócio’”, revelando “uma sobrecarga de atribuições e dificuldades para ministrar suas aulas”. Além disso, outro problema são “matérias atribuídas a pessoas sem formação docente e contratadas precariamente para lidar com jovens em ambiente escolar” (ALMEIDA, 2023).

Com todas as críticas realizadas ao NEM, o governo foi pressionado a oferecer uma resposta à sociedade, que culminou na consulta pública lançada em junho de 2023.

Utilizando recursos de comunicação rápida, o Ministério da Educação [escutou] estudantes, professores e gestores para compreender seus conhecimentos e suas expectativas sobre o tema. [...] A Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio [teve] como objetivo consultar toda a sociedade e a comunidade educacional para a coleta de subsídios, que possibilitariam a tomada de decisões pelo MEC sobre os atos normativos que regulamentam o Ensino Médio (BRASIL, 2023).

No entanto, as críticas ao NEM não se encerraram no fim de 2023 e continuaram com o início do novo ano letivo de 2024. Segundo reportagem exibida pelo *Jornal Nacional*, em 21 de março de 2024, “a Câmara dos Deputados aprovou mudanças no NEM. A principal delas está relacionada à divisão da carga horária dos alunos. O projeto estava em discussão desde outubro de 2023”, mas só foi aprovado no dia vinte de março de dois mil e vinte quatro. Vejamos algumas modificações: “A carga horária total continua a mesma [...] mas a divisão entre as disciplinas obrigatórias e as optativas do itinerário formativo mudou”, de 1,2 mil horas para 600 horas para optativas. Com relação às disciplinas, “no projeto aprovado, a lista é mais específica: linguagens, artes, educação física, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais”, que passam a ser obrigatórias em todos os anos do ensino médio. “Quanto à composição dos itinerários formativos”, passam a ser delimitados, e “as escolas deverão oferecer cursos das quatro áreas do conhecimento ou curso de formação técnica e profissional. O aluno poderá escolher dois itinerários”. Há mudanças também no ensino técnico e à distância. Porém, “o projeto ainda tem que passar pelo Senado, que ainda pode fazer alterações no texto” (CÂMARA, 2024). Ou seja, ainda não é possível saber se haverá mudanças significativas no novo modelo que está por vir, mas isso demonstra que as discussões sobre o NEM ainda não estão encerradas.

Procedimentos metodológicos

Considerando a relevância da experiência como produção de um saber, a metodologia escolhida foi “o relato de experiência”, que pode ser compreendido como “um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional”,

sendo “relevante conter embasamento científico e reflexão crítica” (MUSSI, FLORES & ALMEIDA, 2021, p. 65).

No caso deste relato, as vivências descritas são oriundas da minha prática docente como professora de Educação Física na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, atuante como regente de turma. Essa experiência foi adquirida no ano letivo de 2023, quando passei a ministrar a disciplina eletiva *Cultura Jovem* para duas turmas do 2º ano. Para compreender o contexto, torna-se importante informar o/a leitor/a sobre as características do local em que acontecia a prática docente, pois por tratar-se de uma grande rede de ensino, as escolas têm características diferentes e contextos sociais diversos. Isso também constitui um fator relevante para o entendimento do trabalho docente.

A unidade escolar em questão funciona em três turnos, oferta o Ensino Médio regular e turmas do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEJA. Está localizada no município do Rio de Janeiro, no bairro de Campo Grande, e possui uma boa infraestrutura, com salas de aula climatizadas, sala de recursos, quadra fechada, vestiários, sala de material e bebedouro, proporcionando aos/as profissionais um ambiente propício para que desenvolvam as aulas. Mas apesar da boa infraestrutura, ainda há dificuldades para ministrar as aulas de acordo com o NEM.

Para justificar a utilização de uma narrativa pessoal e facilitar a compreensão de um contexto coletivo, recorro à reflexão de Bernard Lahire: “nada é mais coletivo, mais social, que os problemas ditos pessoais” (LAHIRE, 2004, p.8). Ou seja, os desafios que enfrento enquanto professora representam os desafios enfrentados por meus pares, mesmo que em realidades distintas. Portanto, a minha escrita representa não só a mim, mas uma classe de profissionais que está cada vez mais precarizada.

Relato da experiência no NEM

No início do ano letivo de 2023 fui informada que ministraria aulas de *Cultura Jovem*, eletiva pertencente à área de Linguagem e suas Tecnologias, ofertada para alunos/as do 2º ano. Ao receber essa notícia, senti insegurança, pois inicialmente não sabia do que tratava a disciplina. Em contrapartida, senti o alívio de saber que permaneceria na mesma unidade escolar. Esses sentimentos distintos são oriundos dos dilemas que vivem os/as professores/as diante de situações de fragmentação, flexibilização, alienação, desprofissionalização e precarização do seu trabalho.

Durante a semana de planejamento, recebi a ementa da disciplina para organizar as aulas. No entanto, o documento fornecido pela secretaria de Educação, a meu ver, não atendia as necessidades dos/das discentes. Por isso, propus um novo projeto para lecionar a eletiva, com base na ementa recebida e articulado com a BNCC. Essa proposta objetivou que os/as alunos/as elaborassem um texto, em formato de artigo, relacionando

cultura, juventude e Educação Física, abordando temas relacionados a práticas corporais da juventude e/ou relacionados à qualidade de vida desses/as jovens. Através dessa proposta, tentei enquadrar a cultura jovem na perspectiva da Educação Física, minha disciplina de formação.

Diferentemente do que do que o senso comum apresenta sobre professores/as do ensino público, o trabalho de planejamento do corpo docente precisou ser árduo para fazer o melhor possível dentro do que era proposto. As conversas na sala de professores/as, nos corredores e nos grupos de *WhatsApp* tornaram-se mais intensas, na tentativa de alinharmos um plano de ensino que atendesse às necessidades e expectativas da comunidade escolar.

As primeiras semanas de aula serviram para ambientação dos/das alunos/as e, durante os primeiros encontros, fizemos um breve esclarecimento sobre o funcionamento das eletivas, com o objetivo de elucidar possíveis dúvidas. Na unidade escolar da qual faço parte, os/as alunos/as do 2º ano tiveram a possibilidade de optar por *Clube da Leitura* ou *Cultura Jovem*, ambas pertencentes à área de Linguagem. Isso significa que poderiam ser ministradas por professores/as de Educação Física, Português, Arte ou Língua Estrangeira.

Ainda a respeito da organização das eletivas na referida unidade escolar, é importante esclarecer que as duas classes de *Cultura Jovem* em que leciono são compostas por seis turmas distintas, formadas a partir da escolha dos/das discentes. Apesar da autonomia que tiveram para escolher suas eletivas, muitos/as alunos/as tiveram dificuldade para compreender como funcionaria esse novo formato de classe, ainda que diversas orientações tenham sido dadas e que haja murais informativos pela escola. No segundo bimestre, muitos/as não sabiam quem eram seus/suas professores/as ou mesmo qual era a sua sala de aula. Esse problema, claro, se refletia nas aulas, pois diversas vezes precisei retomar explicações sobre conteúdos anteriores, haja vista que toda semana havia um/uma aluno/a novo/a na turma.

Além desse primeiro problema, havia o fato de a eletiva não ter um currículo devidamente organizado e não exigir uma avaliação formal. Apesar de acreditar que o sistema de provas não garante a devida avaliação no processo de ensino-aprendizagem, não ter um sistema avaliativo formal impacta a percepção do/da aluno/a sobre a relevância da disciplina; pois no entendimento de muitos/as discentes, eles/elas não precisam participar das atividades propostas, já que não ‘valem nota’. A cultura escolar de ‘vale ponto?’ ainda é muito presente, e convencer o/a discente que sua participação é importante, independente de pontos, torna-se um grande desafio para o/a professor/a.

No primeiro dia de aula, após a organização das turmas e a apresentação da ementa da eletiva, perguntei se havia algo que gostariam de acrescentar. Foi quando recebi o questionamento de uma aluna, sobre minha formação em *Cultura Jovem*. A pergunta foi direta: “Mas você é formada em cultura jovem?”. A minha resposta imediata foi: “Não, sou

formada em Educação Física”. Respondi a verdade e tenho orgulho da minha formação, porém, esse questionamento me causou um extremo desconforto. Me senti fragilizada, como se não devesse estar ali, por não ser aquela minha área de formação e, mais que isso, veio à tona o sentimento de impotência ao participar da implementação de um currículo do qual eu desacreditava. Depois dessa primeira resposta imediata tentei acrescentar, com sinceridade, que estava ali porque precisava estar, mesmo discordando. Afirmei que faria o melhor, dentro do possível. Respondi e saí da situação desconfortável naquele momento, mas reitero o profundo incômodo gerado em mim. Essas situações que enfrentamos causam mal-estar. É difícil estar diante de uma turma, olhar para cada aluno/a e ter que desempenhar um papel com o qual não estamos de acordo, mas que aceitamos por diversos motivos. Essas contradições impactam no meu reconhecimento como professora de Educação Física.

Após o fim de uma greve de 45 dias, que tinha como objetivo a implementação do piso nacional aos/as professores/as da rede estadual e a revogação do NEM, início a escrita deste relato constatando que não obtivemos sucesso. Diante dessa derrota amarga, retomei o segundo semestre de 2023 frustrada, mas com o compromisso de continuar lutando por uma educação pública de qualidade. Por acreditar que essa luta é feita também na sala de aula, faço algumas considerações que achei pertinentes sobre os motivos da greve, pois muitos/as alunos/as não entendiam os fatores que culminaram nessa decisão do corpo docente. Nota-se que uma greve é sempre permeada por muitas dúvidas, divergência de opiniões e é lugar de conflitos, por isso, achei importante elucidar qualquer dúvida antes de dar prosseguimento ao planejamento. Após isto, retomei os trabalhos iniciados no primeiro semestre.

Como proposta para encerramento da disciplina, os/as alunos/as apresentaram um seminário, mas infelizmente a adesão foi baixa, e apenas cinco trabalhos foram apresentados no somatório das duas turmas. Acredito que o baixo número de trabalhos apresentados se justifique pelo fato de a disciplina não ter uma contabilização de nota, o que pode ser considerado um ponto negativo. Algo que se mostrou positivo foi a autonomia dos/das alunos/as na escolha do tema do seminário, pois tiveram a possibilidade de abordar algo de seu interesse, o que, por consequência, acabou sendo interessante para os/as alunos/as que assistiram às apresentações, pois não era a professora falando, mas seus/suas colegas de classe.

Os/As alunos/as palestrantes desenvolveram o trabalho individualmente, em dupla ou em trio, fazendo uma apresentação oral, com uso de *Power Point*. As apresentações ocorreram no auditório da escola, e outras duas turmas foram convidadas a assistir os trabalhos. Ao fim, apesar do número reduzido de trabalhos, as apresentações foram de extrema relevância para a discussão de temas que relacionavam juventude, cultura e a disciplina de Educação Física, o que poderia envolver temas sobre esporte, saúde, qualidade de vida, entre outros assuntos que estivessem de acordo com a proposta. Os

temas escolhidos abordaram o sedentarismo entre os/as jovens, consumo de álcool, uso de cigarro eletrônico e o uso de celular nas aulas. Todos os trabalhos contaram com a participação de outros/as alunos/as, que responderam questões relacionadas aos temas escolhidos.

Além da proposta de apresentação final da disciplina, no decorrer das aulas discutimos sobre o que é cultura, quais são os tipos de cultura existentes, as diferentes formas de manifestação cultural, sobre a juventude e o/a jovem, comparando os diferentes contextos sociais nos quais se encontram. Discutimos também sobre como a cultura influencia a maneira de agir, pensar, se comportar e pensamos sobre como o/a jovem constrói sua identidade. Para desenvolver esses conteúdos, foram utilizadas como estratégias pedagógicas a leitura de textos, rodas de conversas, criação de lambe-lambe (que é uma arte urbana), criação de um dicionário do/da jovem e a vivência de práticas corporais do repertório da juventude.

Acrescento que escrevo este relato insegura e apreensiva quanto ao futuro da profissão, especialmente quando se trata do rumo da disciplina de Educação Física no NEM. Tudo parece incerto. E é claro que todos esses questionamentos e incertezas impactam minha vida profissional como docente e afetam minha identidade.

Precarização do trabalho docente e a perda da identidade profissional

A precarização do trabalho docente pode ser expressa pelo baixo investimento financeiro, com baixos salários e condições de trabalho muitas vezes não satisfatórias. Além disso, há a intensificação do trabalho, em turmas que enfrentam realidades complexas e têm grande número de alunos/as (ANDRADE & FALCÃO, 2018). Esses fatores, que são facilmente observados no contexto do NEM, contribuem para a desvalorização profissional, esgotamento e adoecimento do/da docente.

De acordo com os estudos de Regina Penteadó e Samuel de Souza Neto (2019), o mal-estar, o sofrimento e o adoecimento docentes estão associados a fatores históricos, modos de ser e estar na profissão e à cultura do magistério. A autora e o autor também destacam que interferências da globalização e políticas neoliberais produzem processos de precarização do trabalho docente, levando a um processo de desprofissionalização dos/das professores/as.

Ao comparar o ensino às políticas de mercado, incorporam-se ao discurso sobre a educação termos como qualidade, excelência, desempenho, inovação, entre outras terminologias que também são utilizadas em defesa do NEM, mas que na realidade funcionam “como tecnologia de governo, na medida que visa emudecer os divergentes” (SHIROMA & EVANGELISTA, 2015, p. 324), pois como dizer que se é contra a excelência do ensino? Argumentar contra essas terminologias é algo difícil de se fazer, o que gera o silêncio.

Entretanto, é preciso estar atento/a ao distanciamento entre o que é discurso e o que pretendem, na prática, as políticas voltadas para o capital.

É possível observar nas últimas décadas que a influência dessas políticas contribui para as propostas de otimização de turmas, perdas salariais, desvalorização e culpabilização do/da docente pelo baixo desempenho escolar, desconsiderando a realidade em que essas pessoas se encontram. Ou seja, precariza-se o/a docente, que precisa atender demandas cada vez maiores, trabalhando em turmas com número excessivo de alunos/as, devendo se dividir em várias escolas e ainda com o salário defasado. De acordo com Eneida Shiroma e Olinda Evangelista (2015), o combate contra o/a trabalhador/a docente pode ser compreendido pelo fato de professores/as poderem formar crianças, jovens e adultos/as para que questionem a ordem social vigente, o que fere os interesses das classes dominantes.

Essa realidade que docentes enfrentam não é nova, mas com a implementação do NEM, ela se acentuou. Com este relato de experiência, é possível observar que o/a docente, sob a premissa de 'aprender fazendo', precisa se desdobrar para ministrar diferentes disciplinas, sem tempo para refletir sobre a sua prática nem discutir sobre as problemáticas da educação, tornando-se alienado/a. Cabe esclarecer, após essa breve explanação sobre o trabalho docente no contexto atual, que precisamos entender o NEM não só como uma reforma educacional, mas como um projeto da formação de um/uma novo/a trabalhador/a. Sua versão atual "tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis" (KUENZER, 2017, p. 341). Ou seja, uma formação para atender demandas do mercado.

A Educação Física, juntamente com as disciplinas de Arte, Português e Língua Inglesa no contexto do NEM, faz parte da área Linguagens e suas Tecnologias. A disciplina mantém seu caráter obrigatório, mas não nos três anos do Ensino Médio, reduzindo consideravelmente sua carga horária nas escolas, o que contribui para a fragmentação dos/das profissionais, que precisam se desdobrar para ministrar várias disciplinas. Considerando esse contexto, é possível elucidar discussões relativas à precarização do trabalho docente, que também está sujeito a uma "(con) formação de um professorado subjetivamente adaptado" (SILVA, 2018, p.323); ou seja, o NEM não se restringe a uma organização curricular que afeta os/as discentes, mas impacta a reconfiguração do perfil do/da futuro/a trabalhador/a, assim como afeta o perfil do/da trabalhador/a docente.

A perda da identidade profissional, a partir da proposta do NEM, acontece como consequência desse sistema curricular, por conta da fragmentação do/a docente, que foi flexibilizado/a ao ponto de não ter uma disciplina para chamar de sua. Nesse sentido, como construir uma identidade profissional de professor/a de Educação Física, considerando a subjetividade a que esse/a docente está sujeito/a? Como construir uma identidade em um contexto tão fragmentado?

A identidade dos/das professores/as de Educação Física que atuam nas disciplinas dos itinerários formativos é comprometida, pois perdermos um traço muito específico da disciplina, que é o ensino através do movimento. Nossa sala de aula também é descaracterizada, pois prioritariamente, mas não exclusivamente, utilizamos a quadra esportiva para desenvolver as atividades pedagógicas. Mais evidente que nas outras disciplinas, talvez o perfil profissional dos/das professores/as de Educação Física seja mais afetado por essa proposta curricular.

Considerando tudo o que foi exposto até aqui, é necessário dizer que precisamos estar atentos/as ao contínuo processo de desprofissionalização docente, que afeta a maneira de ser e estar na profissão, contribuindo para a desmobilização dos/das professores/as enquanto classe. Dessa maneira, reafirmar a nossa identidade profissional é firmar a profissão docente.

Considerações finais

Este relato de experiência, fruto da vivência no ano letivo de 2023 atuando no NEM, representa não só a minha realidade, mas a realidade que muitos/as professores/as enfrentam. Esta escrita me permitiu refletir sobre o contexto político em que o NEM se encontra, bem como me fez repensar sobre a influência desse novo currículo no trabalho docente e os seus impactos na identidade profissional do/da professor/a. Esse processo reflexivo foi importante para repensar novas estratégias didáticas e pedagógicas de atuação nesse novo formato de ensino, bem como compreender de que forma agir nesse contexto. Espero que meu relato possa ser a voz de muitos/as professores e professoras que enfrentam as mesmas dificuldades e que possa contribuir para discussões futuras acerca do tema.

Por meio dessa vivência, foi possível perceber que os/as professores ainda se configuram como a resistência contra um sistema vigente, apesar de todas as dificuldades que enfrentam – entre elas, o trabalho precarizado, a desvalorização profissional e a falta de autonomia. Apesar de todos esses fatores, observa-se o comprometimento dos/das docentes com sua profissão, buscando fazer o melhor possível dentro de suas realidades escolares, mesmo diante de todos os desafios.

Ao refletir sobre como essas modificações impactam a vida profissional do/da professor/a, é possível identificar a influência das políticas neoliberais no ensino, que contribuem para a “precarização, alienação e desprofissionalização do trabalho docente” (MACEDO & LIMA, 2017, p.224). Essas problemáticas, como já dito no decorrer deste texto, não são novas, mas estão sendo acentuadas após a implementação do NEM. Sendo assim, é preciso entender esse novo formato curricular como um projeto para a formação de um/uma trabalhador/a de novo tipo, que atenda demandas do mercado.

Por fim, gostaria de acrescentar a importância de afirmar minha identidade como professora de Educação Física, pois para resistir ao sistema, primeiramente precisamos entender quem somos nesse contexto; entender que, como classe trabalhadora, precisamos reivindicar nossos direitos, e como professores/as, reivindicar uma educação libertadora.

Recebido em: 30/03/2024; Aprovado em: 14/05/2024.

Referências

- ALMEIDA, Arthur. Novo Ensino Médio: entenda as 3 principais críticas ao modelo. *Galileu*, 05 abr. 2023. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/educacao/noticia/2023/04/novo-ensino-medio-entenda-as-3-principais-criticas-ao-modelo.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- ANDRADE, Letícia Raboud Mascarenhas & FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. Trabalho docente no Município de Natal: perfil e risco psicossocial. *Educ. Soc. Campinas*, v. 39, n. 1474, p.704-720, jul.-set., 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Novo Ensino Médio: Perguntas e respostas*. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. *MEC inicia Consulta Pública on-line sobre ensino médio*. Publicado em 15 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/mec-inicia-consulta-publica-on-line-sobre-ensino-medio>> Acesso em: 27 jan. 2024.
- CÂMARA aprova mudanças no novo ensino médio; disciplinas obrigatórias vão ter aumento de carga horária. *Portal g1*, 21 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/03/21/camara-aprova-mudancas-no-novo-ensino-medio-disciplinas-obrigatorias-va-ter-aumento-de-carga-horaria.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- CUNHA, Romulo. Especialistas criticam mudanças nas grades curriculares provocadas pelo Novo Ensino Médio. *O Dia*, 06 fev. 2024 Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/02/6785780-especialistas-criticam-mudancas-nas-grades-curriculares-provocadas-pelo-novo-ensino-medio.html>>. Acesso em: 30mar. 2024.
- KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: A flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, Campinas, v.38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun., 2017.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MACEDO, Jussara Marques & LIMA, Miriam Morelli. Fundamentos teóricos e metodológicos da precarização do trabalho docente. *Trabalho, Política e Sociedade*, vol. II, n. 09, p. 219-242, jul.-dez./2017.
- MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes & ALMEIDA, Claudio Bispo. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional* v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PENTEADO, Regina & SOUZA NETO, Samuel. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019.

SHIROMA, Eneida Oto & EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 10, n. 20, jul./dez, 2015.

SILVA, Amanda Moreira. *A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEPE. *Cartilha Novo Ensino Médio (NEM)*. Disponível em: <https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2024/03/cartilhaNovoEnsinoMedioSepe_2024VersaoZap-1.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.